



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DOUTORADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Texto: LACHER, Hannes. **Beyond globalization: Capitalism, territoriality and international relations of modernity**. New York : Routledge, 2006.

**Professor:** José Maria Gómez

**Aluno:** Leonardo César Souza Ramos

O exame crítico da dicotomia entre o nacional (e o *inter*-nacional derivado) e o global é o âmago do livro. Tal exame é fundamental porque contribui para a “desreificação” dos arranjos sócio-espaciais na medida em que enfatiza a historicidade das estruturas e práticas espaciais.

O estudo da produção social do espaço político é uma parte necessária do desenvolvimento de uma teoria social crítica nas RI/EPI. Este campo de estudo deve se reinventar como uma teoria dos sistemas internacionais históricos e assim como uma teoria da mudança internacional. Ela deve se preocupar fundamentalmente com as forças sociais que criaram o Estado moderno e o sistema internacional moderno, bem como com as transformações dentro da instituição da soberania e as mudanças nos padrões das relações internacionais modernas. Deve-se, assim, gerar uma teoria das relações internacionais da modernidade: ou seja, de uma sociedade histórica que é inerentemente transnacional, ainda que politicamente organizada na forma de Estados que clamam a autoridade soberana sobre a população de âmbitos territorialmente definidos.

Surge então a seguinte questão: que tipo de história trabalha melhor as práticas sociais que constituem o Estado territorial soberano que tem sido identificado como a forma especificamente moderna de organização do espaço político? Como deve ser conceitualizada a relação entre essa forma de Estado e o sistema capitalista de relações de mercado? Na visão do autor, o materialismo histórico provê recursos conceituais essenciais para tal tarefa. Neste sentido, no segundo capítulo o autor começa a esboçar as fundações metodológicas de uma abordagem materialista histórica que seja capaz de lidar com essas questões sem adotar uma perspectiva determinista ou reducionista.

Grande parte de tal discussão se baseia em avanços feitos nos debates sobre a teoria marxista do Estado. Tais debates também são o ponto de partida para uma série de teóricos marxistas de RI/EPI que são discutidos no capítulo 3. Contudo, tais teóricos passam de uma forma muito abrupta de uma teoria do Estado capitalista para uma teoria dos Estados capitalistas (e do sistema de relações de poder que eles formam). Sua interpretação do capital como uma relação social que encontra expressão institucional nas esferas institucionalmente diferenciadas do “político” e do “econômico” não explica porque o espaço político capitalista é territorialmente segmentado e governado por soberanias competidoras. De acordo com Lacher, a territorialidade exclusiva do espaço político capitalista deriva não de uma natureza interna do capital, mas da forma na qual o capitalismo surgiu em um sistema pré-existente de Estados territoriais.

Nos dois capítulos subsequentes tal argumento é melhor explorado em termos históricos. No capítulo 4, baseado em uma interpretação da transição do feudalismo para o capitalismo que leva em consideração a especificidade radical da modernidade capitalista como o ponto inicial para o enquadramento conceitual desse processo, o autor sugere que a emergência do capitalismo não deve ser vista como o produto do “longo movimento da história” que o faz ser, de alguma maneira, algo inerentemente necessário. Na verdade, a maioria da Europa não teria experimentado uma transição para o capitalismo no início da modernidade. De acordo com essa visão, a territorialidade da autoridade política não é apenas um resultado da lógica de “acumulação política”; a formação do Estado absolutista também incorpora uma lógica de processo diametralmente oposta ao desenvolvimento capitalista conforme este era baseado em uma relação de propriedade fundamentalmente diferente, que pode ser entendida como “politicamente constituída”. Política e economia não eram diferenciadas no absolutismo. A lógica de acumulação política também operou na Inglaterra feudal, mas entrou em curto-circuito com o surgimento de uma forma qualitativamente distinta de relação de propriedade; o Estado inglês passou a expressar relações sociais de soberania muito distintas daquelas que faziam parte dos Estados absolutistas da Europa continental, que confiavam na capacidade da propriedade das coisas para mediar a apropriação do excedente. Com base nesta fundação, a dominação política e a exploração econômica poderia assumir formas institucionais diferentes.

A partir dessa discussão, o capítulo 5 considera as implicações de tal argumento para o entendimento do sistema internacional absolutista que poderia ser vista, de acordo com o autor, como fundamentalmente não-moderno. De maneira mais específica, de acordo com o autor as pressões dos conflitos internacionais não se traduziram em uma “modernização” do Estado e da economia; a “racionalização” pela qual eles passaram permaneceu circunscrita pela racionalidade particular das relações absolutistas de propriedade. Contudo, com a Revolução Industrial na Inglaterra a existência de classes dominantes absolutistas organizadas como Estados soberanos se viram ameaçadas. O século XIX viu, assim, ondas sucessivas de “revoluções pelo alto” através das quais essas classes estatais tentaram garantir sua reprodução interna e externa mediante a imposição de relações capitalistas de propriedade em suas sociedades. A transformação capitalista da Europa continental ocorreu assim em uma estrutura de territorialidade exclusiva que foi reproduzida apesar de uma mudança fundamental na natureza do espaço social. Mas enquanto a política capitalista é bem diferente da política absolutista, a territorialidade soberana continuou a estruturar as relações sociais do capitalismo.

A segunda parte do livro foca suas atenções no significado da estruturação do capitalismo pela territorialidade da autoridade política para o desenvolvimento capitalista. Assim, o capítulo 6 busca especificar as conseqüências para a lógica de processo do capitalismo em termos conceituais. Para o autor a não-coincidência das espacialidades de autoridade e acumulação apresenta uma fonte constante de tensão, na medida em que os Estados tentam internalizar as condições sob as quais eles

têm que garantir a reprodução de seus capitais. Mas enquanto os Estados são agentes na produção e na estruturação do espaço global, suas políticas não podem ser entendidas em termos de algum “interesse nacional” inato: eles surgem da mediação das lutas de classe e crises de acumulação. Isso é, assim, um processo altamente dinâmico que dá gênese aos padrões cambiantes de conflito internacional, nos quais as estratégias estatais de competição e as estratégias competitivas dos capitais individuais podem entrar em relacionar distintos. Isso também gera diferentes “regimes espaciais” através dos quais o relacionamento entre o nacional e o global é constituído em uma base temporária.

No capítulo 7 o autor provê um panorama esquemático de alguns dos regimes sócio-geográficos que têm caracterizado a história da modernidade capitalista. Busca, assim, explicar porque, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, tem havido uma clara tendência para nacionalizar o espaço econômico da economia mundial através do emprego do poder territorial dos Estados. Assim, enquanto a territorialidade política exclusiva tem suas raízes nas relações sociais pré-capitalistas, ela tem se tornado menos entrincheirada desde os anos 1870 e tem caminhado lado a lado com as crescentes relações transnacionais. Tal tendência foi expressa mais claramente pelo surgimento do Estado-nação, um processo que se caracteriza por ser uma reação tanto a uma organização muito mais transnacional do mercado mundial, centrado na economia britânica, n período anterior, quanto às aspirações transnacionais da classe trabalhadora desde os anos 1870.

O resultado foi uma dupla segmentação da sociedade global do capitalismo, baseada, primeiro, na promoção do Estado como uma “comunidade imaginada” alternativa à comunidade de classe; e segundo, na incorporação de parte da economia mundial na jurisdição política desses Estados nacionais/imperiais. Isso implica uma complicação da noção prevalente na literatura sobre globalização de que recentemente teria havido uma progressão do nacional para o global. A economia nacional não foi o ponto de partida do desenvolvimento capitalista, a ser superado agora que as tecnologias de comunicação e transporte estão desenvolvidas suficientemente para permitir a emergência de um único mercado global. Nem foi essa clausura nacional da sociedade e economia globais do capitalismo mais do que uma tendência mesmo no auge do Estado de bem-estar social. Na verdade, a ordem internacional do pós-guerra composta de Estados nacionais e economias nacionais era baseado em uma crescente incorporação de outras áreas e relações sociais na sociedade global capitalista.

A virada em direção a uma crescente integração econômica global durante os anos 1970 aparece, assim, menos como uma transição do internacional para o global do que como uma rearticulação do capitalismo mundial. Isso não significa que a transformação é irrelevante. Contudo, permanece a questão de como devemos conceituar essa transformação. Assim, no capítulo 8 o autor sugere que o problema da globalização não seja colocado tanto em termos de diminuição da soberania nacional como consequência do aumento da interdependência internacional ou como uma mudança na natureza da economia mundial. De fato, a integração econômica global não produz

integração política global em qualquer sentido causal ou funcional. Estados possuem diferentes possibilidades de reação às estratégias de espacialização dos atores econômicos. Como eles irão utilizar sua autoridade territorializada não dependerá simplesmente dos requerimentos dos capitalistas ou do suposto “interesse nacional”, mas será moldado no processo de mediação das contradições da acumulação do capital e da luta de classe, bem como das pressões competitivas entre os Estados em si. No fim, as estratégias de espacialização dos Estados podem ser tão importantes para a padronização sócio-geográfica da modernidade capitalista quanto as dos atores econômicos – ou até mais importantes.

Assim, mais pertinente do que questionar acerca das conseqüências da globalização econômica para o Estado pode ser questionar se a integração econômica global é sustentável face à resiliência do Estado nacional. Os Estados territoriais permanecem sendo o local prevalente de regulação e governança da economia mundial e da sociedade capitalista global. Mas, e isso é algo crucial, se a forma nacional da representação política capitalista deveria ser reproduzida no período corrente de integração geo-econômica, isso é um aspecto contingente e não necessário do desenvolvimento capitalista. O capitalismo pode existir politicamente na forma de um “Estado global”, e o conceito de capital pode de fato requerer a existência de uma soberania global para tornar possível a reprodução do capital em certo nível de desenvolvimento. Isso sugeriria que se, contrário às necessidades do capitalismo global, tal formação estatal global não estiver de fato ocorrendo, então a conseqüências poderia mais uma vez ser um retorno a uma competição geopolítica avançada. Neste ponto o autor retorna para a disucvssão sobre a solução “imperial” para a tensão entre acumulação global e governança territorial.

- Capitalismo é melhor entendido como uma disposição societal de poder que dá gênese, dentre outras coisas, a um “reino econômico” insulado.
- No início do período da modernidade as pressões para adaptação se deram do continente para a Inglaterra; tal tendência só mudou quando a dinâmica do desenvolvimento capitalista na Inglaterra levou à Revolução Industrial. Neste contexto particular, a competição internacional levou a um pressionamento por uma modernização capitalista com o intuito resistir às vantagens geopolíticas e econômicas que a Inglaterra obteve a partir de seu papel pioneiro. A conseqüência foi uma série de revoluções a partir de cima que impuseram as relações sociais capitalistas nas sociedades continentais européias e transformaram os próprios Estados que eram agentes desse processo. Quando o capitalismo se difundiu durante o séc. XIX ele levou a uma nova forma de política. Ao mesmo tempo, o espaço social do capitalismo foi pré-configurado pela territorialidade da autoridade que tinha sido gerada durante pelo absolutismo. Assim, há de fato uma continuidade na organização espacial do sistema internacional desde o início da modernidade: territorialidade e sistema anárquico de Estados territoriais precedeu o capitalismo. Ainda que o conteúdo político do

sistema internacional tenha começado a mudar com a universalização do capitalismo. Assim, o capitalismo foi transposto da Inglaterra para o continente por uma série de revoluções passivas: ele foi imposto em sociedades não-capitalistas por classes estatais não-capitalistas para propósitos geopolíticos nos quais a produção capitalista era vista apenas como um instrumento.

- A habilidade para extrair o excedente através de relações contratuais ostensivamente não-políticas requereu o aumento do poder das formas economicamente constituídas de propriedade. Esse aumento do poder das coisas para mediar o processo de apropriação de excedente pressupõe a separação dos indivíduos de seus meios de produção. Tal processo de acumulação primitiva é algo eminentemente político; ou seja, o processo de criação e constituição de um mercado capitalista foi resultado de uma reorganização política das relações sociais de exploração e dominação.
- É apenas o capitalismo que produz um Estado autônomo. Em outras palavras, apenas no capitalismo é possível que as relações econômicas se tornem autônomas do Estado. Neste sentido, a separação entre o “político” e o “econômico” marca uma reestruturação fundamental das relações de soberania dentro dos Estados da Europa continental. Contudo, a separação entre externo e interno não é concomitante à separação entre política e economia. Se por um lado a territorialidade capitalista é diferente da territorialidade absolutista, por outro o espaço político da modernidade é organizado com base na territorialidade exclusiva não em função do capitalismo, mas porque o capitalismo veio a existir em – e através de – um sistema de soberanias territoriais criado através do processo de acumulação política. O capitalismo, a despeito das mudanças trazidas, reproduziu as fronteiras dos Estados. Neste sentido, a organização política das relações sociais capitalistas na forma específica de uma multiplicidade de Estados territoriais não foi criação do capitalismo.
- Como o próprio autor reconhece (nota 6 cap. 7), a idéia de internacionalização/transnacionalização do Estado busca lidar com a questão da natureza cambiante da representação política capitalista como uma forma espacial.
- O desenvolvimento capitalista não pode ser entendido como um movimento linear do “nacional” para o “global”. Na verdade, a geografia política da modernidade capitalista deveria ser conceituada como envolvendo simultaneamente as escalas local, regional e global. Devido à territorialidade da autoridade política, é a escala estatal que possui uma particular importância na construção das ordens sócio-espaciais da modernidade capitalista.
- Contudo, a autonomia da política é relativa, pois existe sempre a tensão entre as estratégias distintas de espacialização que os Estados perseguem a fim de resolver ou aliviar os problemas que surgem do fato da acumulação capitalista ser sempre em alguma instância global enquanto a reprodução política é territorial. Contudo, o que parece faltar no raciocínio de Lacher é uma consideração acerca do fato de que contemporaneamente a

reprodução política algumas vezes passa por esferas sub, supra e não-estatais (internacionalização de atores subestatais, organizações internacionais, agências de avaliação de risco e o “poder estrutural do capital”). Ou seja, embora seja pertinente a consideração de que o capitalismo surge em um sistema de Estados previamente organizado em termos territoriais e, desta forma, se desenvolve em um contexto de adaptação e mudança, e embora Lacher reconheça que a relação entre Estado e mercado tenha mudado assinalando assim uma transformação da organização sócio-espacial da modernidade capitalista (p. 153), falta uma consideração acerca do processo de transformação dialética da própria reprodução política. Assim, se por um lado deve-se abandonar as explicações simplistas de uma passagem do “nacional” para o “global”, por outro é possível perceber certas transformações no âmbito da reprodução política que não podem ser negligenciadas. Neste sentido, certas considerações de John Agnew acerca do processo de globalização da hegemonia previamente estadunidense podem ser de extrema relevância na análise de uma mudança qualitativa do processo de regulação política das relações sociais capitalistas. Para Lacher, um Estado global é algo necessário para a continuação satisfatória da globalização capitalista, isso não significa, em absoluto, que tal Estado realmente venha a existir. Na verdade, o processo histórico real do desenvolvimento capitalista segue um caminho diferente da história ideal de sua auto-realização conceitual. Se for assim, então Lacher está certo quando defende que o processo contemporâneo de transformação sócio-espacial deve ser analisado de uma perspectiva que leve em consideração a dialética contínua entre territorialização e globalização.